

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.600.143 - RS (2019/0304419-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : BOA VISTA SERVICOS S.A
ADVOGADOS : CARLOS DAHLEM DA ROSA - RS021051
ADRIANA SANTOS DE SOUZA - RS082118
AGRAVADO : GUILHERME OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO : DEIVISON VAGNER DA SILVA PAZ - RS096571

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. COMUNICAÇÃO PRÉVIA. APELO ESPECIAL INADMITIDO NA ORIGEM, EM PARTE, ANTE A APLICAÇÃO DE ENTENDIMENTO FIRMADO EM RECURSO REPETITIVO. IMPOSSIBILIDADE DE O STJ CONHECER DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NESSE PONTO (CPC/2015, ART. 1.042). PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO PELA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO AO CONSUMIDOR. REVER O JULGADO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. ALEGAÇÃO DE OFENSA A ENUNCIADO SUMULAR. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO CONHECIDO EM PARTE PARA, NESTA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial apresentado por Boa Vista Serviços S. A., com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 97):

RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. COMUNICAÇÃO PRÉVIA. ART. 43, § 2º DO CDC.

- Ausente a comprovação de notificação ao consumidor acerca da inscrição de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Violação ao disposto no art. 43, § 2º do CDC.

- Dano moral *in re ipsa* pela inscrição do nome do devedor em registro de inadimplentes sem prévia comunicação.

- A indenização não deve ser em valor ínfimo, nem tão elevada que torne desinteressante a própria inexistência do fato. Valor fixado em sentença mantido (R\$ 1.500,00 - mil e quinhentos reais).

- Juros de mora. Responsabilidade civil extracontratual. Incidência a partir do evento danoso. Súmula 54 do STJ.

- Honorários advocatícios sucumbenciais.

Balizadoras do CPC. Manutenção.

NEGARAM PROVIMENTO À APELAÇÃO. UNÂNIME.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 112-116).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 120-134), a recorrente alegou violação aos arts. 373, II, do Código de Processo Civil de 2015; 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor; e à Súmula n. 359 do STJ.

Insurgiu-se, em suma, contra a conclusão do acórdão em ratificar a sentença que acolheu a pretensão indenizatória do autor, ora recorrido.

Sustentou que cumpriu com a obrigação prevista no art. 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor, tendo sido enviada carta de comunicação ao devedor para a ciência da dívida e quitação no prazo de 10 (dez) dias.

Ressaltou que os documentos apresentados na contestação e nas contrarrazões consistem nas comunicações de débitos enviadas pelos Correios ao recorrido, antes da inserção de seu nome nos cadastros restritivos.

Discorreu sobre a ausência de responsabilidade no caso, apontando dissídio jurisprudencial quanto ao cumprimento do dever de notificação da entidade arquivista.

A decisão da Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul deixou de admitir o recurso especial, com base no art. 543-C, § 7º, do CPC/1973 (art. 1.040, I, do CPC/2015), em razão dos Recursos Especiais Repetitivos n. 1.061.134/RS, 1.062.336/RS e 1.083.291/SP, inadmitindo-o, no mais, em virtude da incidência das Súmulas 7 e 83 do STJ (e-STJ, fls. 161-169).

Foi interposto agravo em recurso especial às fls. 172-180 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante salientar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, de maneira que é aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma

do novo CPC".

Com efeito, em juízo de admissibilidade, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul inadmitiu, em parte, o processamento do recurso especial nos termos do art. 543-C, § 7º, I, do Código de Processo Civil/1973 (art. 1.040, I, do CPC/2015), tendo em vista que o posicionamento adotado pelo acórdão *a quo* encontra-se em harmonia com a jurisprudência deste Tribunal Superior sedimentada em julgamento de recurso repetitivo em relação à tese de que a ausência de prévia comunicação ao consumidor a respeito da inscrição de seu nome em cadastros de proteção enseja o direito à compensação por danos morais.

Quanto ao tema, é incabível a interposição do agravo previsto pelo art. 1.042, *caput*, do CPC/2015 contra decisão proferida pelo Tribunal de origem que, após a vigência do CPC/2015 (18/3/2016), nega seguimento ao recurso especial com base na conformidade da decisão recorrida com precedente do STJ estabelecido por ocasião do julgamento de recurso repetitivo.

Com efeito, a nova ordem processual vigente é expressa quanto ao descabimento de agravo, no caso, de modo que não há mais como afastar a pecha de erro grosseiro ao agravo interposto contra inadmissão de recurso especial que contrarie entendimento firmado em recurso especial repetitivo e, assim, determinar o retorno do feito ao Tribunal de origem para que o aprecie como agravo interno, consoante anterior orientação firmada pela Corte Especial no AgRg no AREsp 260.033/PR.

Assim, considerando que a decisão de inadmissão do recurso especial foi publicada já na vigência do novo Código de Processo Civil (e-STJ, fl. 170), não é possível o conhecimento do agravo em relação à citada insurgência.

Com isso, conclui-se que o agravo não pode ser conhecido, por ser incabível, na parte em que o recurso especial não foi admitido na origem, porque o acórdão recorrido estava em consonância com precedentes do STJ em recursos especiais repetitivos.

No mais, constata-se que o Tribunal de origem, ao analisar o acervo fático-probatório, concluiu que o dever de comunicação previsto no art. 43, § 2º, do CDC não foi cumprido a contento, de modo que a revisão desse entendimento não prescindiria do

revolvimento do mencionando suporte probatório, o que é vedado no âmbito do recurso especial por incidência da Súmula n. 7 do STJ.

Vale registrar que a incidência da Súmula 7/STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea *c* do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso.

Dessa forma, encontrando-se o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência desta Corte, imperiosa a aplicação da Súmula 83/STJ ao presente feito a obstar a análise do reclamo, óbice aplicável a ambas as alíneas autorizadoras.

Quanto à referida violação da Súmula 359 do STJ, observa-se que o recurso especial não constitui via adequada para a análise de eventual ofensa a enunciado sumular, por não estar este compreendido na expressão "lei federal". Nesse sentido, a Súmula 518/STJ: "Para fins do artigo 105, III, *a*, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula".

Ante o exposto, conheço parcialmente do agravo para, nesta extensão, negar provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais fixados em favor do advogado da parte recorrida em R\$ 200,00 (duzentos reais).

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator